

AFIRMAR

a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões

IFRS
AAAID
2020

Organizadores:

Andréa Poletto Sonza
Helen Scorsatto Ortiz
Luciano Nascimento Corsino
Marlise Paz dos Santos
Rosângela Ferreira
Sandro Ouriques Cardoso

AFIRMAR

a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões

Organizadores:

Andréa Poletto Sonza

Helen Scorsatto Ortiz

Luciano Nascimento Corsino

Marlise Paz dos Santos

Rosângela Ferreira

Sandro Ouriques Cardoso



AAAID

Assessoria de Ações
Afirmativas, Inclusivas
e Diversidade

Bento Gonçalves
março 2020

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS

Reitor

Júlio Xandro Heck

Pró-reitor de Ensino

Lucas Coradini

Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

Andréa Poletto Sonza

Organizadores

Andréa Poletto Sonza

Helen Scorsatto Ortiz

Luciano Nascimento Corsino

Marlise Paz dos Santos

Rosângela Ferreira

Sandro Ouriques Cardoso

Conselho Editorial

Membros natos:

Gregório Durlo Grisa

Andreia Kanitz

Cibele Schwanke

Cimara Valim de Mello

Greice da Silva Lorenzetti Andreis

Marília Batista Hirt

Marília Bonzanini Bossle

Luiz Gaspar Fensterseifer

Silvia Schiedeck

Membros eleitos:

Carine Bueira Loureiro

Daiane Romanzini

Daniela Sanfelice

Marcus André Kurtz Almança

Marina Lima Duro

Marina Wohlke Cyrillo

Maurício Polidoro

Paulo Roberto Janissek

Viviane Diehl

Projeto gráfico e diagramação

Oberti Ruschel

Impressão

Graffoluz Editora e Ind. Gráfica Ltda

Tiragem

140 exemplares

Endereço

Rua General Osório, 348 - Bairro Centro

CEP: 95700-086 – Bento Gonçalves/RS

Telefone: (54) 3449-3366

E-mail: acoes.inclusivas@ifrs.edu.br

Site: <http://cta.ifrs.edu.br>

Site: <http://ifrs.edu.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A257

Afirmar : a inclusão e as diversidades no IFRS : ações e reflexões / Andréa Poletto Sonza ... [et al.], organizadores. – Bento Gonçalves : IFRS, 2020. 352 p. : il. color. ; 28 cm.

ISBN 978-65-81237-01-1

1. Ações afirmativas. 2. Educação inclusiva. 3. Relações étnicas. 4. Gênero e sexualidade. 5. Pessoas com necessidades educacionais específicas. 6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

CDU 37.043.2

Catalogação: Bibliotecária Marília Batista Hirt – CRB 10/2154



AAAID
Assessoria de Ações
Afirmativas, Inclusivas
e Diversidade



PROEN
Pró-reitoria de
Ensino



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Prefácio

As políticas de inclusão e ações afirmativas colaboram não apenas para a permanência dos indivíduos na escola, mas também para o propósito de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando as diferenças. Na perspectiva de uma educação inclusiva, não é o estudante que deve se adaptar à escola, mas a escola, consciente de sua função, que se molda às necessidades do estudante e o acolhe.

Esse acolhimento se desenvolve na compreensão dos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, nas adaptações dos currículos, na modificação das culturas organizacionais, e na análise crítica sobre as estratégias de ensino e aprendizagem. A inclusão plena exige da escola um esforço de atualização e reestruturação dos seus fazeres. Para isso, o principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada no estudante, e que seja capaz de educar e incluir além daqueles que apresentem necessidades educacionais específicas ou deficiências, aqueles que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, os que estejam repetindo anos escolares ou que tenham abandonado os estudos, os que são trabalhadores, os que são mães ou pais, os que vivem em situação de vulnerabilidade social, os que são vítimas de abusos, os que são vítimas de preconceito e, principalmente, os que vêm de grupos sociais e étnicos historicamente excluídos ou invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade.

Essas estratégias de ação pedagógica são necessárias para que a escola responda não somente aos indivíduos que nela buscam saberes, mas aos desafios que são atribuídos no cumprimento da função formativa de cidadãos críticos, autônomos, capazes de produzir mudanças positivas na sociedade. Por isso é necessário reconhecer e valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem. Uma educação para a diversidade promove a valorização das diferenças e a compreensão sobre a importância da garantia dos direitos fundamentais à dignidade humana, condições essenciais para o enfrentamento das desigualdades.

Com esse propósito, e em observância aos princípios fundantes do seu projeto pedagógico institucional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul tem desenvolvido uma série de ações voltadas à inclusão, à educação para a diversidade e à educação para as relações étnico-raciais. Estas se dão através de esforços presentes desde a transformação dos currículos até as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Boa parte destas ações são desenvolvidas pelos seus servidores através dos Núcleos de Ações Afirmativas, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade e Núcleos de Atendimentos às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. O presente livro é um compilado das ações recentes nessas temáticas, buscando uma forma de reconhecimento, visibilidade e, principalmente, de socialização destas experiências exitosas. Esperamos oportunizar a todos, a partir destas reflexões, um profícuo momento de aprendizado e inspiração para novas práticas pedagógicas, no sentido de uma educação cada vez mais transformadora e inclusiva.

Boa leitura!

Lucas Coradini
Pró-reitor de Ensino

Júlio Xandro Heck
Reitor

SUMÁRIO

1	Panorama das Ações Afirmativas no IFRS: Avanços e Desafios Lucas Coradini, Marlise Paz dos Santos	8
2	Da Liquidez da Vida: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos Lido em Perspectiva Baumiana Tatiane Dumerqui Kuczkowski, Cláudio Kuczkowski	18
3	Globalização, Multiculturalismo e Diversidade: o Desafio da Educação Brasileira no Século XXI Gabriella Rocha de Freitas, Gustavo Conde Margarites	29
4	As Argonautas do Pacífico Ocidental João Carlos Cavalheiro	43
5	A Fratura das Dinâmicas de Dominação Epistêmica: Gênero, Raça e Ações Afirmativas Milena Silvester Quadros	53
6	As Ações Afirmativas em Uso no IFRS – Campus Bento Gonçalves Sirlei Bortolini	66
7	A Presença do Aluno Indígena no IFRS Campus Sertão: Perspectivas para Pensar sobre Diversidade e Educação Intercultural Marcos Antonio de Oliveira, Marta Marques	77
8	Epistemes Periféricas na Escola: uma Experiência Decolonial por meio de Saberes Quilombolas Vanda Aparecida Fávero Pino	87
9	Representatividade, Empoderamento e Identidade: Caminhos da Reafirmação Cultural Negra como Reflexo das Políticas de Ações Afirmativas Caroline de Castro Pires	98
10	Um Recorte sobre os Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos Rosana Machado de Jesus, Andréa Poletto Sonza	110
11	Combate ao Preconceito contra Pessoas com Deficiência: a Alteridade na Educação Elis Regina Pôncio, Andréa Poletto Sonza	120
12	Currículo e a Educação de Surdos: uma Reflexão para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Andreia Mendiola Marcon, Fabiane Cigognini, Francinei Rocha Costa, Naiara Greice Soares	132
13	A Produção de Glossários em Língua de Sinais no Brasil Amanda Coelho Alfaia, Andréa Poletto Sonza	144
14	Avaliação das Condições de Acessibilidade Arquitetônica nos Campi do IFRS: Estudo de Caso Constance Manfredini, Milene Gehling Liska	156
15	A inclusão Social como Ação Afirmativa na Formação Profissional e Práticas Pedagógicas na Bibliodiversidade Lizandra Brasil Estabel, Eliane Lourdes da Silva Moro, Filipe Xerxeneski da Silveira	166

16	Transtornos de Aprendizagem e suas Necessidades Educacionais Específicas: Compreender para Incluir! Cláudia Terra do Nascimento Paz	177
17	Desafio Escolar na EPT: Estratégias de Atuação com os Alunos com Altas Habilidades/Superdotação Gisele Sabrina Nienov Bruno, Andréa Poletto Sonza	191
18	Educação é um Direito de Todos: como o Docente da Sala de Aula Regular Proceda para Atender os Alunos com Necessidades Educacionais Específicas no IFRS - <i>Campus</i> Farroupilha Maria Helena Schneid Vasconcelos, Cláudia Terra do Nascimento Paz	202
19	O <i>Campus</i> Erechim do IFRS e o Compromisso Social com o Desenvolvimento de Ações Inclusivas: um Olhar sobre as Necessidades Específicas na Perspectiva Emancipatória Juliana C. Giroto, Marlova E. Balke, Marli Daniel, Marcia K.Zahner, Naiara G. Soares, João Vítor B. Stormovski	210
20	Formação de Estudante com Necessidades Educacionais Específicas no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRS - <i>Campus</i> Ibirubá: Estratégias de Ensino Sabrine de Oliveira, Marcele Neutzling Rickes	222
21	A Tecnologia Assistiva e sua Aplicação no Contexto Educacional: Proposta de Estratégias e Metodologia para Uso, Análise e Desenvolvimento de Recursos Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Anderson Dall Agnol, Jason Scalco Piloti, Rosângela Ferreira	233
22	A Tecnologia Assistiva e sua Aplicação no Contexto Educacional: Exemplos Andréa Poletto Sonza, Anderson Dall Agnol, Bruna Poletto Salton, Jason Scalco Piloti, Rosângela Ferreira	247
23	(Des)Continuidades: a Presença da Mulher em Idade Tardia no Ensino Superior Marilani do Nascimento Lima, Ana Lúcia Paula da Conceição	260
24	Poder e Gênero: a Participação de Mulheres na Câmara de Vereadores da Cidade de Vacaria (1989-2016) Diogo Fonseca Borsoi, Flávia Subtil Faria, Pietra Rodrigues Rosa	272
25	Mulheres Estudantes e a Maternidade: um Estudo de Caso das Acadêmicas da Pedagogia/Parfor do IFRS - <i>Campus</i> Bento Gonçalves Renata La Roque Martins de Oliveira, Edson Carpes Camargo	281
26	O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS - <i>Campus</i> Bento Gonçalves: Protagonismo e Resistência Estudantil Letícia Schneider Ferreira, Robert Reiziger de Melo Rodrigues	292
27	Nepgs Osório: Memória e Desafios de Indissociabilidade, Transdisciplinaridade e Interseccionalidade na Educação para a Diversidade de Gênero e Sexualidade Luciane Senna Ferreira, Catia Gemelli, Aline Mendonça Fraga, Elisa Daminelli, Kathlen Luana de Oliveira	303
28	Nepgs - <i>Campus</i> Sertão: Desafios na Construção de um Espaço Acolhedor Gabriele Albuquerque da Silva, Oscar de Souza Santos, Vanessa Carla Neckel	322
29	“Saindo das Caixas”: Breve Relato de Experiências Compartilhadas pelo Nepgs/IFRS - Porto Alegre Liliane Madruga Prestes, Eloisa Solyszko Gomes, Natalia Esnaola, Andreia Schlick Esteves	333
30	Compartilhando Experiências entre Nepgs/IFRS - Porto Alegre e Coletivo Popular Transenem Liliane Madruga Prestes, Eloisa Solyszko Gomes, Alicia Cima Rodriguez, Natália Sobierayski Esnaola	342



A Inclusão Social como Ação Afirmativa na Formação Profissional e Práticas Pedagógicas na Bibliodiversidade

Lizandra Brasil Estabel¹
Eliane Lourdes da Silva Moro²
Filipe Xerxeneski da Silveira³

¹ Professora do Curso Técnico em Biblioteconomia e Coordenadora da área de Ciências da Informação do IFRS - *Campus* Porto Alegre, lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br.

² Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia da FABICO/UFRGS e Coordenadora da Comissão de Extensão (COMEX) da FABICO/UFRGS, eliane.moro@ufrgs.br.

³ Bibliotecário do IFRS-*Campus* Porto Alegre, filipe.silveira@poa.ifrs.edu.br.

Resumo

Neste trabalho é apresentado um estudo de caso realizado no âmbito do IFRS - *Campus* Porto Alegre com o objetivo de verificar o processo de inclusão dos alunos do Curso Técnico de Biblioteconomia, considerados PcD, no espaço da biblioteca Clóvis Vergara Marques (BCVM) do IFRS, com enfoque na formação profissional e realização de práticas pedagógicas na bibliodiversidade. Os sujeitos do estudo, são egressos do Curso Técnico em Biblioteconomia e foram incluídos na biblioteca para realizarem as atividades do Estágio Curricular, no período compreendido entre os anos de 2015 a 2017. Destaca-se que este estudo possibilitou verificar que os conhecimentos e aprendizagens construídos em sala de aula foram aplicados no exercício pedagógico e nas práticas no cenário da biblioteca, no desempenho de ações de gestão, de processamento técnico e no atendimento ao público. Verificou-se também, que foram superadas as barreiras comunicacionais, metodológicas, atitudinais, físicas, entre outras, superando também as limitações de PcD na contemplação total das atividades do Estágio Curricular e na finalização do Curso Técnico em Biblioteconomia. É importante constatar que a formação profissional possibilita mudança de vidas, qualidade para os serviços biblioteconômicos, fortalecimento da Biblioteconomia e acesso à informação e ao conhecimento, construindo cidadania e inclusão social no âmbito da bibliodiversidade

Palavras-chave: Biblioteconomia, Inclusão Social, Técnico em Biblioteconomia, Práticas Pedagógicas, Bibliodiversidade.

As bibliotecas não são apenas o lugar onde você vai encontrar aquele livro legal para ler no fim de semana, o material para seus estudos ou as fontes para a pesquisa escolar. As bibliotecas, assim como outros espaços de lazer e de conhecimento (museus, arquivos, cinemas, teatros, entre outros) são locais de socialização (interação social) e de acesso à informação e ao conhecimento. São espaços de vivências de culturas e novos conhecimentos que contribuem para a formação e o fortalecimento da intra-relação e da inter-relação no contexto social. Além disso, as bibliotecas oferecem conteúdos que contemplam diferentes olhares e formas de acessar informação e construir conhecimentos, são espaços ricos no contexto da bibliodiversidade.

O acesso democrático à informação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, seja na perspectiva social, econômica ou política. Moro e Estabel (2011, p. 68) enfatizam que a “bibliodiversidade concebe as diferentes fontes e os diversos suportes de informação no atendimento às necessidades de todos os cidadãos nos mais diferentes espaços territoriais, possibilitando o acesso, o uso, a produção e o compartilhamento de novas aprendizagens [...]”. De acordo com o pensamento das autoras, a bibliodiversidade estabelece correlações diretas com a democratização da informação, justiça social, cidadania, competências infocomunicacionais, visto que é preciso perceber os consumidores da informação como partícipes do processo de inclusão.

O exercício da cidadania e a formação de cidadãos socialmente conscientes são relacionados ao acesso e uso da informação, visto que o sujeito deve ter pleno conhecimento dos seus direitos e deveres para, assim, exercê-los. O exercício da cidadania se faz por meio da consciência do papel do cidadão na sociedade, contribuindo nas lutas pela igualdade social, pelo respeito à diversidade e na busca da dignidade humana. As palavras e ações perante à sociedade são influenciadas pelas informações às quais são acessadas, daí a importância de uma reflexão sobre o acesso à informação e ao conhecimento.

É importante ressaltar a função da biblioteca e lembrar para quem as bibliotecas existem: para as pessoas. No juramento do profissional de Biblioteconomia a premissa afirma: “prometo tudo fazer para preservar o cunho social e humanista da profissão [...], fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana”.⁴ (grifo nosso). Os profissionais, em sua atuação

⁴ Juramento profissional do Bibliotecário. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_006-66.pdf. Acesso em: 23. jul. 2019.

na biblioteca, devem planejar e oferecer os serviços tendo como foco principal a comunidade que faz parte do espaço geográfico da instituição. É para as pessoas que os profissionais que atuam e que, esta enquanto instituição, devem desempenhar sua função na sociedade. O leitor é o sujeito mais importante da biblioteca, é para ele que o acervo e as fontes de informação são selecionados, adquiridos, catalogados e disponibilizados.

De acordo com Moro e Estabel (2011, p. 68), “a biblioteca [...] é um ambiente de aprendizagem, precisa de uma equipe de qualidade e competência para proporcionar aos usuários a construção do conhecimento, em um espaço de interação, de trocas e de crescimento”. Nesse sentido, vislumbra-se uma Biblioteconomia que vai ao encontro às mudanças de paradigma do processo de ensino e de aprendizagem, onde o ambiente da informação e da memorização é substituído, na sociedade do conhecimento, da aprendizagem e da inovação, por um ambiente de socialização, de inclusão, de acessibilidade e de biodiversidade.

A biblioteca não é “propriedade” do bibliotecário, do técnico em Biblioteconomia, de um grupo de usuários, tampouco de uma equipe de governo. As bibliotecas são patrimônios de toda sociedade abertas e acessíveis para todos os cidadãos. Cada vez mais é fundamental percebermos a biblioteca como espaço de ensino e de aprendizagem, onde o bibliotecário seja partícipe na construção do conhecimento e no estímulo do pensamento crítico e reflexivo dos usuários que transitam nesse cenário.

A Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem no Cenário da biblioteca

No contexto da Sociedade da Informação, termo originado do século XX, surgiram as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) contribuindo com o impacto global e o conjunto das transformações produzidas na organização social e na vida individual, e influenciando a transformação no entorno social.

Carrascosa (2003) compreende a informação como um recurso que atua e obriga atuar em um processo permanente de realimentação que revoluciona as habilidades e capacidades humanas, alterando o modo de vida e as relações do homem com o mundo exterior. Nesse cenário, surge a inovação e a gestão do conhecimento, além do valor do capital humano compondo o recurso essencial para a democracia, o bem-estar social e o crescimento econômico, destacando como essencial o capital humano e a capacidade de “aprender a conhecer” que foram precursores para a Sociedade do Conhecimento.

Nesse sentido, Carrascosa (2003) apresenta um paralelo contendo as características da Sociedade da Informação e da Sociedade do Conhecimento, cabendo-nos destacar que na Sociedade da Informação convergem os suportes, que são universais mesmo que cada tecnologia tenha finalidades distintas; a informação é unívoca e unidirecional, massiva e indiscriminada, emitida sem a importância de conhecer a resposta. Produz a informação e integra porque predomina o sistema. Como seu princípio é a igualdade de oportunidades, caracteriza-se como democrática.

Na Sociedade do Conhecimento e Sociedade da Aprendizagem, destacam-se a convergência dos conteúdos que partem da individualidade de conhecer e se generalizam. O intercâmbio da informação é interpretativo e relacional, surgindo o compartilhamento e se produz a comunicação. Ao potencializar as capacidades individuais de interpretação da informação, potencializa a liberdade pessoal e a iniciativa, caracterizando-se como participativa.

Estabel e Moro (2014, p. 2) afirmam que “os efeitos do uso da informação compartilhada entre os educadores, os Bibliotecários e os alunos podem encaminhar para uma rede integrada de comunicação” que possibilitam estabelecer uma nova interação entre as pessoas levando a novas relações entre os grupos.

Neste contexto destaca-se a biblioteca que modifica seu cenário à medida que a Sociedade da Informação evolui para a Sociedade do Conhecimento e a Sociedade da Aprendizagem: de um espaço de suporte ao acesso da informação, transita para o espaço de aprendizagem e, por último, ao espaço

de expressão e de inovação, propiciando a criatividade e transformando a Biblioteca em makerspace (espaço de criação). Ao mesmo tempo, e nessa similaridade, o bibliotecário modifica também seu papel de intermediário, para mediador e, posteriormente para educador.

A Inclusão das Pessoas com Deficiência e a Legislação

A formação de Bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia, no que tange às práticas de educação inclusiva, merece algumas reflexões. Para tanto, alguns questionamentos se fazem necessários. Em quais disciplinas no Curso de Graduação em Biblioteconomia e do Curso Técnico em Biblioteconomia são problematizadas as questões referentes às deficiências e às pessoas com deficiência (PcD). Em que momento de sua trajetória acadêmica os egressos destes cursos discutem políticas públicas referentes às áreas de Biblioteconomia e de Educação?

No decorrer de décadas, são vivenciadas as questões de deficiência e suas relações com a sociedade marcadas por segregação e exclusão. O movimento inclusivo é recente e pautado por essa história, o que acarreta medo, preconceitos e desconhecimento. Romper com as institucionalizações em relação à Pessoa com Deficiência (PcD) é um processo que está apenas começando. Enfrentar esse desafio coloca muitos pontos para reflexão em relação à formação e à prática do bibliotecário e do Técnico em Biblioteconomia.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 23), que compreende a Educação Infantil, os Ensinos Fundamental e Médio, o movimento de integração caracterizou-se pela utilização das classes especiais (integração parcial) na preparação do aluno para a integração total na classe comum. No entanto, esta integração somente ocorria se o aluno conseguisse acompanhar o currículo ali desenvolvido. Considera-se a era atual como a dos direitos, marcada pela proposta nas Diretrizes Nacionais de ruptura com a ideologia da exclusão e materialização de uma política de inclusão dos alunos, em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

Segundo Sánchez (2005, p. 17) o termo “inclusão surge, a princípio, como uma alternativa à integração; como uma tentativa de eliminar as situações de desintegração e exclusão em que se encontravam muitos alunos nas escolas, sob o enfoque da integração”. Para a autora é uma tentativa de reconstruir o enfoque deficitário individualista e médico dominante, considerando seriamente as vozes das pessoas com deficiência, e analisando as complexas relações de poder implicadas nesses controversos debates. É um direito de todos os alunos, com ou sem deficiência, receberem uma educação de qualidade, nos diferentes níveis de ensino e nos mesmos espaços pedagógicos.

A inclusão escolar está alicerçada em alguns princípios que norteiam o processo inclusivo e que propiciam a inclusão. Anteriormente, a escola atuava buscando a integração, tendo em vista que a competição, a seleção, a individualidade, os preconceitos e o modelo técnico-racional são elementos que constituem a integração. Por outro lado, a inclusão escolar se apresenta com novos elementos, acolhendo as PcD, preconizando a cooperação no sentido de “operar/atuar juntos” em uma ação de construção de novos conhecimentos e de novas aprendizagens, no estímulo à solidariedade e com respeito e valorização às diferenças em um espaço de bibliodiversidade. O individual é substituído pelo grupo, pela comunidade que visa a melhora e a qualidade de vida para todos. O modelo técnico racional, enquanto integrador, é substituído pelo modelo de pesquisa reflexiva, qualitativa como processo de inclusão. Sendo assim, enquanto o processo de integração apresentava características individualistas, onde o aluno deveria integrar-se ao ambiente escolar, modificar-se, adaptar-se para aproximar-se dos padrões exigidos pela escola e a responsabilidade era toda colocada nele, a inclusão surge com uma nova perspectiva, com respeito às diferenças, uma escola que busca a coletividade, o processo de cooperação, a melhoria para todos. Para que esta concepção fosse adotada no sistema educacional brasileiro, as políticas de Educação Especial no Brasil foram evoluindo, iniciando-se pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, apresenta no Artigo 205 (CF/88, art. 205) a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada em colaboração com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda nesta perspectiva, de 5 a 9 de março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Nesta Conferência, foi redigida a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que no Artigo 3 trata sobre a universalização do acesso à educação e promoção da equidade e determina que as necessidades básicas de aprendizagem das PcD requerem atenção especial. “É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” (UNESCO, 1990, p.3).

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, com a cooperação da UNESCO, que contou com a presença de representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais, que reafirmaram o compromisso para com a Educação para Todos e proclamaram a Declaração de Salamanca, que trata sobre princípios, políticas e práticas para inclusão. Sobre essa Declaração, pode-se destacar:

sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (UNESCO, 1994, p. 2).

Em consonância com a Declaração de Salamanca, em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que no Capítulo V trata sobre a Educação Especial. Na referida Lei passam a ser utilizadas as nomenclaturas educandos portadores de necessidades especiais e educandos com necessidades especiais. Segundo a LDBEN:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 24).

Conforme a abordagem anterior sobre a inclusão nas escolas, pode-se constatar em relação à LDBEN que há uma modificação em relação às leis brasileiras anteriores na medida em que os sistemas de ensino deverão assegurar às PcD currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades de seus alunos. Desta forma, passa a instituição a buscar formas de inclusão para melhor atender os seus educandos nas suas necessidades e capacitação de seu corpo docente, seguindo as diretrizes da Declaração de Salamanca.

Com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à legislação brasileira em 2008, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que declara no Art. 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Esta Lei conceitua, no Art. 3º para fins de aplicação:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 1; 2).

Ao refletir sobre a inclusão no contexto educacional e da bibliodiversidade, o ambiente da Biblioteca e a formação do profissional, que será o mediador dos processos de inclusão das PcD, considerando o Bibliotecário e o técnico em Biblioteconomia na intra-relação e na inter-relação no meio social, faz-se necessário que os Cursos em Biblioteconomia incluam no planejamento, nas disciplinas e nas práticas pedagógicas a temática sobre acessibilidade e sobre inclusão. Além disso, os Cursos e as respectivas Instituições formadoras devem promover a inclusão nas ações de sala de aula como um espaço de pertencimento do aluno com deficiência que vislumbra a possibilidade de se qualificar e ter competência para atuar no mundo do trabalho em uma Biblioteca ou espaços de informação, sem limitações e com qualidade.

No âmbito do IFRS - *Campus* Porto Alegre, em relação à inclusão de disciplinas na formação do técnico em Biblioteconomia, pode-se destacar: Introdução às Técnicas de Atendimento ao Público; Contação de Histórias; Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras, que são a possibilidade de formação para que o técnico em Biblioteconomia tenha condições de atuar junto às PcD promovendo a acessibilidade e o acesso para todos no âmbito da bibliodiversidade.

A Formação do Técnico em Biblioteconomia no IFRS - *Campus* Porto Alegre

O Curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, teve início em 2004, ainda na Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), viabilizado a partir da parceria de docentes do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

(FABICO) da UFRGS com a Escola Técnica, apoiados pela direção, comunidade educativa e sociedade. Este Curso foi criado para atender a uma necessidade de formação profissional, de nível pós-médio (técnico), capacitado e habilitado para atuar como assistente junto aos bibliotecários (bacharéis em Biblioteconomia), em bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas, centros de pesquisa e documentação, empresas, sindicatos, associações, organizações não governamentais (ONGs), escritórios de profissionais liberais, entre outros.

Dentre os objetivos do curso⁵, desde a sua criação até os dias de hoje, destaca-se o objetivo geral em formar pessoas aptas a exercer a profissão de técnico em Biblioteconomia com competência, responsabilidade e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural, educacional e profissional. Os objetivos específicos são: formar profissionais capazes de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo seu campo de trabalho; formar profissionais capazes de atuar nos mais diferentes e complexos campos de trabalho que envolva conhecimentos das atividades vinculadas ao técnico em Biblioteconomia e propiciar condições para formar profissionais éticos, que consigam atuar sob diferentes condições de trabalho, tomar decisões de forma responsável para solucionar problemas e enfrentar situações imprevistas e que possam trabalhar em grupo de forma respeitosa e solidária.

No IFRS - *Campus* Porto Alegre⁶, o currículo do Curso Técnico em Biblioteconomia presencial está organizado em três semestres. A carga horária total é de 1.152 horas, acrescidas de 160 horas de estágio, totalizando 1.312 horas. Dentre as disciplinas ofertadas, destaca-se: Introdução à Biblioteconomia; Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos I e II; Literatura Aplicada à Biblioteconomia I e II; Introdução à Gestão de bibliotecas; Introdução à Organização e ao Tratamento da Informação; Introdução à Construção de Páginas Web; Introdução à Metodologia da Pesquisa e Orientação ao Acesso e Uso da Informação; Introdução às Técnicas de Atendimento ao Público; Contação de Histórias; Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras. Para a aplicação prática, os alunos realizam estágio Curricular Obrigatório, com a carga horária de 160 horas, atendendo a estas áreas. Além do estágio obrigatório, os alunos realizam atividades práticas por meio de estágio não obrigatório junto às diferentes tipologias de bibliotecas. Ao concluir o Curso, o técnico em Biblioteconomia, ao atuar sob a supervisão do bibliotecário, conforme a Lei vigente, deverá ser capaz de: realizar atividades técnico-administrativas de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo; executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações; recepcionar/atender pessoas; assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos; participar de atividades de incentivo à leitura e formação de leitores; atuar no processo de acessibilidade e a inclusão social e digital de PCD; participar da realização de atividades de pesquisa e de extensão e realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços biblioteconômicos (PPC do Curso).

Os técnicos em Biblioteconomia atuam com informação, não somente para a organização da Biblioteca, mas para a mediação da leitura, a acessibilidade, a inclusão social, com competência informacional e profissional.

O Curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS - *Campus* Porto Alegre está dividido em três eixos: Gestão; Organização; e Tratamento da Informação e Atendimento ao Público. Para a aplicação prática, os alunos realizam a disciplina de estágio Curricular Obrigatório, atendendo a estes eixos. O estágio Curricular Obrigatório, compreendido como atividade afinada com o perfil profissional, definido pelo Curso, constitui-se em etapa fundamental na formação do aluno e em etapa obrigatória para obtenção do diploma. Tem por objetivo fundamental a aplicação das habilidades e das competências adquiridas pelo aluno ao longo de sua formação técnica.

5 PPC do Curso Técnico em Biblioteconomia. Disponível em: https://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2009/05/projeto_pedagogico_biblioteconomia.pdf. Acesso em 23. jul. 2019.

6 PPC do Curso Técnico em Biblioteconomia. Disponível em: https://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2009/05/projeto_pedagogico_biblioteconomia.pdf. Acesso em 23. jul. 2019.

O estágio supervisionado surge nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia e do Técnico em Biblioteconomia como uma disciplina, mesclando a teoria e prática na formação dos alunos, oportunizando-os a uma melhor compreensão da dinâmica e complexidade da realidade social. Diante deste contexto pode-se perceber a importância do estágio supervisionado acompanhado pelas instituições de ensino, proporcionando um direcionamento para os estudantes dos cursos superiores. “Quando um estágio previsto é bem direcionado, acompanhado e executado de acordo com a lei, representa papel decisivo na formação profissional” (BIANCHI, 2011, p. 13).

Recorrendo a uma perspectiva mais focada na psicologia da linguagem, segundo Vygotsky (2007 [1978]), a aprendizagem e o desenvolvimento implicam a relação dos seres humanos com o mundo, processo mediado pela linguagem, pelos signos. É inquestionável, portanto, a importância desse componente para o currículo de formação de estudantes de Biblioteconomia, por possibilitar o diálogo entre a teoria e a prática. Cabe aqui apresentar um esclarecimento elaborado por Pimenta e Lima (2004, p. 24), ao conceituar a prática de estágio [...] enquanto campo de conhecimento permite ao (a) estudante analisar, investigar e interpretar criticamente o campo profissional, seu objeto de estudo, e o “estágio profissional”, cujo objetivo é de inserir os alunos no campo profissional. Para Pimenta e Lima (2004, p. 29), o estágio deve ser considerado enquanto campo de conhecimento que se estabelece na relação entre cursos de formação e o campo profissional compreendido como “objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica”.

Na contextualização das teorias que fundamentam a prática de estágio supervisionado, busca-se estabelecer uma correlação entre o campo de estágio com a ideia de habitus presente na teoria Bourdieu, conceituando como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Percebe-se que a formação do habitus, relacionado às vivências das práticas de estágio, constitui-se de todas as relações feitas inicialmente, durante e ao final do período de formação, onde o sujeito apresentará experiências humanas vividas até o momento, conforme Bourdieu (2009). Todas as vertentes de habitus, com o campo de estágio em Biblioteconomia, são relevantes no sentido de estreitar uma relação entre a formação da identidade profissional dos acadêmicos e do habitus a ser estabelecido pelos futuros profissionais no cotidiano enquanto futuros bibliotecários e/ou técnicos em Biblioteconomia. A partir disso são produzidas práticas particulares ou coletivas que são parte da história.

Ser partícipe da formação da identidade profissional de um acadêmico de Biblioteconomia é algo primoroso, ainda mais ao se tratar de estudantes que vivenciam algum tipo de deficiência. Para Hall (2006), a identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade e que o sujeito tem sua essência interior, no entanto é a partir da relação com diversos mundos culturais que sua identidade se estabelece.

A identidade de bibliotecários e de técnicos em Biblioteconomia está intrinsecamente relacionada a um processo de construção de sujeitos que, emergem em dado contexto e momento históricos, como resposta à necessidade que estão postas pelas sociedades por estes profissionais, indispensáveis na sociedade atual, visto que o poder da informação no mundo globalizado é praticamente incalculável. É cada vez mais urgente desmistificar a ideia do profissional de Biblioteconomia como “meros guardadores de livros”, fato que gera desvalorização de seu ofício e de seus espaços de atuação. Bosi (2013, p. 196) nos lembra que “enraizar-se é um direito fundamental do ser humano e a negação a esse direito tem consequências graves para a cultura e a vida em sociedade”.

A Biblioteca do IFRS - *Campus* Porto Alegre como Espaço de Inclusão e Constitutividade do Sujeito Profissional: um Estudo de Caso

A biblioteca Clóvis Vergara Marques (BCVM), do IFRS – *Campus* Porto Alegre, recebe, semestralmente, estagiários para a prática de estágio Curricular Obrigatório, oriundos do Curso de Biblioteconomia da FABICO/UFRGS e do Curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS – *Campus* Porto Alegre. No caso do Curso de Graduação, os acadêmicos realizam estágio nos eixos de gestão, tratamento da informação e atendimento do público com a carga horária de cumprimento em 210 horas. Os estagiários do Curso Técnico do IFRS - *Campus* Porto Alegre realizam as atividades nos mesmos eixos, porém totalizando 160 horas.

Nesse contexto, foi realizado um Estudo de Caso com o objetivo de verificar o processo de inclusão dos alunos do Curso Técnico de Biblioteconomia, considerados PcD, no espaço da BCVM, com enfoque na bibliodiversidade.

Os sujeitos deste estudo, são egressos do Curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS - *Campus* Porto Alegre e foram incluídos na biblioteca para realizarem as atividades obrigatórias do Estágio, no período compreendido entre os anos de 2015 a 2017.

Estagiários	Curso e caracterização	Ano do estágio
SUJEITO 1	Egresso do Curso Técnico em Biblioteconomia, com Transtorno do Espectro Autista	2015
SUJEITO 2	Egressa do Curso Técnico em Biblioteconomia, com Deficiência Auditiva	2016
SUJEITO 3	Egressa do Curso Técnico em Biblioteconomia, com Paralisia Cerebral e Deficiência Auditiva.	2017

Quadro 1 - Descrição dos Sujeitos

Fonte: Os Autores (2019)

As falas dos sujeitos evidenciam a importância do processo de formação acadêmica inclusiva, onde é possível verificar a contribuição das interações entre Bibliotecários e estudantes para a constituição do sujeito profissional.

Questionados sobre as motivações que os levaram a escolher o Curso Técnico em Biblioteconomia no IFRS - *Campus* Porto Alegre e como foi a experiência ao longo do Curso, eles relatam como maravilhosa, destacando como aspecto positivo a grade curricular e a qualidade do Curso. Os três sujeitos justificaram que gostam muito do ambiente da biblioteca e têm prazer em ajudar as pessoas no acesso à informação por acreditarem que os livros podem contribuir intelectualmente, transformando vidas.

Os sujeitos também foram indagados sobre a prática de estágio Curricular e como se deu a interação com o bibliotecário da Instituição durante a prática de estágio. Na visão do Sujeito 01 foi considerada excelente, pois ele coloca que adquiriu conhecimentos para realizar atividades que seriam importantes à sua trajetória enquanto Técnico em Biblioteconomia. Para este Sujeito, sempre foi despendido por parte da Instituição um apoio incondicional na realização do estágio Obrigatório, com a mediação tanto da equipe da Biblioteca, como pelos docentes do Curso Técnico em Biblioteconomia. Ao final do estágio, o Sujeito 1 evidenciou a competência de apresentar o relatório de estágio, elencando as atividades realizadas. (Figura 1).

Para o Sujeito 02 a prática de estágio foi ótima, pois interagiu com muitos aprendizados e experiências novas. Como boa prática, conjuntamente com estagiários do Curso de Graduação de Biblioteconomia



Figura 1: Apresentação Final das Atividades de Estágio pelo Sujeito 1. **Fonte:** Estabel (2015)

da FABICO/UFRGS, destacou a realização de evento na biblioteca para crianças do Prelúdio, que é um Programa de Extensão do IFRS – Campus Porto Alegre na área de ensino musical, com a proposta de desenvolver a musicalidade de crianças e jovens da comunidade. Neste evento foram realizadas atividades de contação de histórias infantis e narrativas de lendas e entoadas canções, onde ocorreu a interação com as crianças. Também foi realizada exposição de livros incentivando a literatura de suspense/mistério e o ambiente foi decorado com o tema, tornando a biblioteca um espaço lúdico e agradável. (Figura 2).



Figura 2: Ambiente da biblioteca com incentivo à Literatura de Suspense/Mistério. Fonte: Estabel (2015)

O Sujeito 03 destaca a troca de experiências que obteve com colegas e professores nas aulas de recuperação de acervos e contação de histórias, que contribuíram para a realização do estágio na biblioteca. Refere-se às atividades de estágio e a relação com o bibliotecário como ótima e acrescenta: “estou aprendendo bastante”. A aluna destaca que, das atividades realizadas, a que mais demonstrou interesse foi o atendimento aos usuários da biblioteca. É importante registrar que o Sujeito 03 faz uso da escrita e de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicar.

Quando perguntados se a biblioteca poderia disponibilizar serviços que viessem a atender as necessidades das PcD, os três sujeitos são unânimes e enfáticos em expressar que seria de extrema importância a disponibilização de serviços com livros em braille para os cegos, usando também renovação pela internet com áudio. Para eles é necessário um profissional que tenha domínio em LIBRAS, para a comunicação com os usuários surdos, e balcões na altura adequada para o atendimento das PcD em cadeiras de rodas ou com nanismo.

Os Sujeitos 01 e 02, deixam claro em seus depoimentos que, através do estágio Curricular Obrigatório, puderam exercer todo o conhecimento construído no Curso, resultando em experiências profissionais valiosas e no exercício da competência, possibilitando “aprender a fazer, fazendo”. É importante salientar que ambos foram absorvidos pelo mundo do trabalho e desempenham suas funções em bibliotecas escolares de Porto Alegre/RS.

Considerações Finais

O bibliotecário que foi mediador e supervisor do estágio Curricular dos três sujeitos no IFRS Campus Porto Alegre relata a sua impressão nessa relação do exercício do estágio com PcD e a superação das barreiras, bem como a inclusão desses alunos na atuação na biblioteca:

Em 2009 passei a firmar uma parceria com a coordenação do curso Técnico em Biblioteconomia, com o intuito de receber discentes no estágio curricular obrigatório, em que eles desenvolvem as mais distintas atividades para auxiliar o Bibliotecário.[...]. Sem dúvida, esse profissional é imprescindível e mais do que necessário em uma Biblioteca. Em 2014 comecei a dar aulas no curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD, um grande sonho enquanto profissional. Essa prática como docente tem me possibilitado transmitir todo o conhecimento profissional, adquirido ao longo desses anos, para os alunos. Penso que um Bibliotecário, no seu fazer profissional, precisa estar atento quanto às competências informacionais, às necessidades dos usuários, ser um mediador/facilitador da leitura, um agente social de mudanças, um agente educacional, enfim, um profissional sempre aberto a mudanças. (F.X.S.).

No depoimento do bibliotecário percebe-se a importância da parceria entre o bibliotecário e o técnico em Biblioteconomia para qualificar a gestão na biblioteca e os serviços oferecidos aos cidadãos. Verifica-se que a atuação do bibliotecário, como mediador no estágio Curricular, contribui para a competência profissional do técnico em Biblioteconomia e possibilita que a PcD seja incluída no espaço de atuação de estágio e respeitada de maneira que possa desenvolver as atividades com qualidade e competência.

Este Estudo possibilitou verificar que os conhecimentos e aprendizagens construídos em sala de aula foram aplicados no exercício pedagógico e nas práticas no cenário da biblioteca, no desempenho de ações de gestão, de processamento técnico e no atendimento ao público. Verifica-se também, que foram superadas as barreiras comunicacionais, metodológicas, atitudinais, físicas, entre outras, superando também as limitações de PcD na contemplação total das atividades do estágio Curricular Obrigatório e na finalização do Curso Técnico em Biblioteconomia.

É importante constatar que a formação profissional possibilita mudança de vidas, qualidade para os serviços biblioteconômicos, fortalecimento da Biblioteconomia e acesso à informação e ao conhecimento, construindo cidadania e inclusão social no âmbito da bibliodiversidade.

Referências

- BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. **Manual de Orientação**: estágio supervisionado. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Entrevista**. Dispositiva, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 196- 199, nov. 2012/abr. 2013.
- BORDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, [1996]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- _____. **Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 abr. 2019.
- _____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Seesp, 2001.
- _____. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.
- CARRASCOSA, José Luis. **Comunicación: de la Sociedad de la Información a la Sociedad de la Comunicación**. Madri: Ed. Arcadia, 2003.
- ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane da Silva (Org.). **Biblioteca**: conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FERNEDA, Edberto; LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **A Biblioteca Escolar e a Geração Nativos Digitais**: construindo novas relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós- Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. A Mediação da Leitura na Família, na Escola e na Biblioteca através das Tecnologias de Informação e de Comunicação e a Inclusão Social das Pessoas com Necessidades Especiais. In: **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.67-81, jan./jun. 2011.
- SANCHEZ, Pilar A. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, p. 7-17, out. 2005.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. do S. L. L. **O Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien. Acesso em: 18 abr. 2019.
- _____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/publications/search-in-the-catalog/#c154404>. Representação da Unesco no Brasil, 1994. Acesso em: 18 abr. 2019.
- YIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2007.